

## CARTA AOS GOVERNOS DO MERCOSUL



*RAADH PPT Paraguai – Novembro 2015*

A democracia, enquanto a melhor forma de governo que possui o respeito aos direitos humanos como premissa, exige a transparência nas informações e a garantia da participação social para a sua efetivação.

Partindo disso, nós, organizações da sociedade civil dos Estados do Mercosul, nos fazemos presentes em mais uma RAADH – Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul porque acreditamos na importância deste espaço para a promoção e proteção dos direitos humanos na região.

Passamos por tempos de retrocessos em nossos países e esses passos para trás no campo democrático ocorrem prejudicando grupos específicos como mulheres, crianças, jovens negros, defensores de direitos humanos, trabalhadores, migrantes, povos indígenas e tradicionais, dentre outros.

Nossas democracias precisam enfrentar temas que colocam em cheque os direitos humanos. Percebemos hoje embates comuns em nossos Estados: criminalização dos movimentos sociais, perseguição aos defensores de direitos humanos, cerceamento da liberdade de expressão, violência de gênero, redução da maioria penal, violência policial e chacinas, impacto causado pelas grandes obras, não respeito aos direitos dos povos tradicionais, direitos das pessoas com deficiência, dentre incontáveis outros.

Tendo esse preocupante cenário em mente, não podemos retroceder em garantias e direitos e acreditamos que as Senhoras e Senhores, Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul, têm um papel especialmente importante em tempos como os que enfrentamos hoje a fim de se posicionarem publicamente contra essas violações de direitos humanos, onde quer que elas ocorram.

Gostaríamos assim de aproveitar este espaço para dizer que é preciso avançar, não retroceder, e isso só será possível a partir da cooperação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais e governos da região que devem defender qualquer cidadão/ã mercosulino que seja vítima de violações de direitos humanos, assim como exigir que os Estados investiguem e punam as pessoas físicas e jurídicas responsáveis por essas violações.

Subscvem a presente Carta:

1. Ação Educativa (Brasil)
2. Artigo 19 (Brasil)
3. Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação – CLADE (Regional)
4. Centro de Ação Cultural – Centrac (Brasil)
5. Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa – CBDHPE (Brasil)
6. Comunidade Bahá'í do Brasil (Brasil)
7. Conectas Direitos Humanos (Brasil)
8. Confederação de Mulheres do Brasil – CMB (Brasil)
9. Consejo de Educación de Adultos de América Latina – CEAAL (Regional)
10. Conselho Federal de Psicologia (Brasil)
11. Corporación Humanas (Chile)
12. Federação Internacional de Mulheres – FDIM (Internacional)
13. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – Gajop (Brasil)
14. Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH (Brasil)
15. Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global (Brasil)
16. Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (Brasil)
17. Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Brasil)
18. Programa Mercosul Social e Solidário – PMSS (Regional)
19. Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos - Provea (Venezuela)

Charge em destaque: Quino